

Acordo muda emenda do 'Centrão' sobre Ordem Econômica

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — Graças ao acordo firmado entre todos os partidos e grupos da Constituinte, foi iniciada a votação do título sobre a Ordem Econômica. O acordo previa a aprovação do texto do *Centrão*, o que ocorreu por 519 votos contra nove e seis abstenções para imediatamente começar a ser alterado, sendo desfigurada em vários aspectos a proposta original. O presidente da Constituinte, deputado Lysses Guimarães agradeceu "os esforços para que pudéssemos chegar a este entendimento".

Dos nove parlamentares que votaram contra o acordo, a deputada Rita Camata (PMDB ES) explicou que sempre vota contra o *Centrão* porque não acredita que depois o grupo aceite modificar o texto. "Não confio no *Centrão*", disse. Também o deputado Wilson de Souza (PMDB-SC) votou contra e explicou que "o acordo é ruim porque o texto em negociação representa um retrocesso com relação ao da sistematização".

A primeira modificação que fazia parte do acordo, foi no artigo que definiu o princípio geral da Ordem Econômica, aprovado por 518 a três. A esquerda e a liderança do PMDB ganharam nesse item porque restabeleceram o texto da Sistematização, segundo o qual a Ordem Econômica será fundada no princípio da valorização do trabalho humano e, depois na livre iniciativa. O texto do *Centrão* dizia o inverso.

No primeiro item polêmico que foi objeto de acordo, a definição de empresa nacional, o princípio geral ficou com o texto do *Centrão*, que transfere para lei a definição de empresa brasileira. Foi mantido da definição de empresa brasileira de capital nacional, mas foi acrescentada a proposta da Sistematização que cria incentivos especiais para as industriais de ponta.

Essas definições, que envolveram complicadas negociações, foram defendidas por uma aliança incluindo o líder do PTB, deputado Gastoni Righi, um dos expoentes do *Centrão*, e o petista Wladimir Palmeira (RJ), que defenderam a proposta, enquanto os deputados João Cunha (PDT-SP) e Domingos Juvenil (PMDB-PA) discursaram contra a nova fórmula. De qualquer forma prevaleceu o acordo, que foi aprovado por 499 votos contra 16 e cinco abstenções.

Com o quorum caindo — já que a primeira votação registrou a presença em plenário de 534 constituintes e a terceira tinha apenas 520 — entrou em votação a proposta do senador Albano Franco (PMDB-SE) que, em nome de um grupo do *Centrão*, queria que a proteção e os benefícios especiais de que gozará a empresa brasileira de capital nacional fossem disciplinados por lei complementar e não por lei ordinária, como previa o texto do acordo.

A diferença entre as duas leis é que a lei complementar precisa do voto da maioria absoluta dos membros da Câmara e Senado, enquanto a lei ordinária pode ser aprovada pelo quórum da maioria simples, ou seja, estando em plenário a maioria absoluta, basta o voto de metade mais um dos presentes. A esquerda e a liderança do PMDB foram contra a proposta e rejeitaram-na por 304 votos contra 185, prevalecendo a lei ordinária.

Em outro item em que não houve acordo, a esquerda e a liderança do PMDB ganharam mais uma vez. É a referente ao tratamento preferencial que receberá a empresa nacional do poder público na aquisição de bens e serviços. O *Centrão* queria que o termo utilizado fosse o de empresa brasileira. Perdeu por 316 votos contra 148.

Empresa nacional tem requisitos definidos

BRASÍLIA — Cinco horas de discussão, envolvendo 40 parlamentares de todas as tendências da Constituinte, foram necessárias para que se chegasse a um acordo em torno dos três pontos mais polêmicos do capítulo I da Ordem Econômica. Da fusão de emendas, surgiram textos "próximos do consenso", segundo o líder do PMDB, senador Mário Covas, para as questões da empresa nacional, da participação do capital estrangeiro na mineração e dos contratos de risco para a exploração do petróleo.

Na impossibilidade de acordo total, as lideranças decidiram patrocinar, pela primeira vez na Constituinte, um acordo parcial: o plenário aprova a proposta básica e depois os grupos tentam, através de emendas, fazer as modificações que consideram necessárias. "Temos agora um caminho novo de entendimento, pelo qual o constituinte vota primeiro no que não quer, para em seguida tentar chegar ao que quer", resumiu o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos negociadores do *Centrão*.

Empresa nacional — O ponto mais discutido na reunião, que começou às 10h 30min, foi a definição de empresa nacional. Em cima de um texto desenvolvido a partir de uma proposta do PMDB e modificado posteriormente pelo *Centrão*, as lideranças debateram por mais de três horas que tipo de lei — ordinária ou complementar — que regulará a proteção e os benefícios a que terá direito a empresa de capital nacional. Essa lei estabelecerá também os requisitos exigidos para a caracterização de empresas de alta tecnologia como nacionais.

No debate, os constituintes nacionalistas defenderam a lei ordinária, que precisa de maioria simples para ser aprovada pelo Congresso. O *Centrão* insistiu na lei complementar, que exige a maioria absoluta (metade mais um) dos votos do Senado e da Câmara dos Deputados. Diante do impasse, as lideranças decidiram que o texto básico adotará a lei ordinária. Caberá ao *Centrão* reunir 280 votos para impor a lei complementar.

Se prevalecer o texto básico, ficará mais fácil a aprovação de favorecimentos à empresa nacional e de exigência de presença de brasileiros no controle das empresas de alta tecnologia — as da área de informática, por exemplo — que se candidatarão ao título de "nacionais" para receber benefícios creditícios e fiscais.

Acordo sobre minerais pode ter vida curta

O segundo tema polêmico colocado em discussão foi a nacionalização da pesquisa e da lavra de recursos minerais proposta pelo texto da Comissão de Sistematização. Até ontem, o *Centrão* combatia a proposta com um dispositivo que restringia a exclusividade de empresas nacionais para exploração mineral apenas às faixas de fronteira e terras indígenas.

A falta de entendimento, no entanto, levou o grupo a admitir a restrição ao capital estrangeiro também para a exploração de minerais estratégicos a serem definidos em lei. Os nacionalistas não concordaram com a proposta, mas aceitaram que o senador Mário Covas a apresente em plenário como "a mais próxima do acordo". Em contrapartida, o *Centrão* aceitou que a proposta nacionalizante seja votada logo em seguida, universalizando, se aprovada, a exclusividade da empresa nacional para a pesquisa e lavra no país.

Ainda no tópico "recursos minerais", foi acertado, por acordo, a retirada do texto da nova Constituição da expressão que previa a "concessão de lavra por tempo determinado". A limitação passa a valer agora para o direito de pesquisa. Para o caso de ser aprovado o dispositivo nacionalizante, foi acertada ainda a inclusão nas disposições transitórias de um termo que preserva a atividade das empresas multinacionais que já operam no país.

Nervosismo — A manutenção do contrato de risco para a exploração de petróleo consumiu a terceira parte da reunião, provocando uma discussão áspera entre o senador Jarbas Passarinho e o ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto. Defensor da extinção dos contratos de risco, Passarinho não se conteve quando Delfim tentou argumentar que os contratos deveriam ser mantidos para preservar o direito da reciprocidade, que propicia a atuação da Braspetro no exterior. O senador ficou ainda mais nervoso quando o ex-ministro ponderou que ninguém deveria se preocupar com as empresas estrangeiras de prospecção, já que elas receberiam áreas sem qualquer possibilidade de exploração comercial.

— Não é verdade — falou alto o senador. Irado, a ponto de assustar os presentes, Passarinho disparou uma saraivada de críticas aos contratos de risco e acusou o governo brasileiro de ter entregue às multinacionais algumas áreas de potencial inegável próximo à bacia de Santos.

Mais uma vez a discussão de um tema polêmico terminou sem um acordo fechado. Os negociadores decidiram enviar ao plenário a proposta de Sistematização prevendo o monopólio total da Petrobrás sobre a pesquisa e lavra das jazidas de petróleo, complementada por uma disposição transitória que assegura a continuidade dos contratos de risco em vigor. Em contrapartida, o *Centrão* apresentará um destaque assegurando a assinatura de novos contratos, sujeitos a aprovação do plenário.

'Gazeteiro' vota e some de novo

O deputado Felipe Cheide (PMDB-SP), o segundo maior *gazeteiro* da Constituinte, apareceu em plenário, votou no acordo fechado entre os líderes para o capítulo da Ordem Econômica, e anunciou: "Vou-me embora. Não precisam mais de mim, pois saiu acordo". Felipe Cheide só perde em faltas para Mário Bouchardet (PMDB-MG).

O corte de 1/30 dos vencimentos móveis do parlamentar que faltou a quatro sessões seguidas ou a sete alternadas em um mês, decidido pela Mesa da Constituinte, não assusta Cheide: "Não preciso desse dinheiro. Tudo o que ganho como deputado entrego para entidades filantrópicas. Se cortam meu salário, vou acrescentar a quantia que falta".

Levantamento — O senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA) é o único constituinte que compareceu a todas as votações entre 15 de janeiro e 21 de abril. Em segundo lugar está o deputado Adylson Motta (PMDB-RS), que compareceu a 99,77% das votações; em terceiro, Siqueira Campos (PDC-GO) e Luís Alberto Rodrigues (PMDB-MG), com 99,54%. O deputado Paulo Delgado (PT-MG), um dos primeiros a pedir providências contra os *gazeteiros*, vem em quinto lugar: 98,85%. Ele justifica-se: "Faltou a algumas votações porque fui ao Rio representar o PT no enterro de Henfil".

O levantamento dos parlamentares assíduos, e também dos que não compareceram a 30% das votações, foi encomendado pelo senador Jutahy Magalhães ao Centro de Processamento de Dados do Senado. Os maiores *gazeteiros*, segundo a lista fornecida pelo computador, são: Mário Bouchardet, presente a apenas 1,59% das votações; Felipe Cheide, 5,02%; Vieira da Silva (PDS-MA), 9,90%; João Herrmann (PMDB-SP), 11,18%; Afonso Arinos (PFL-RJ), 18,03%; Jessé Freire (PFL-RN), 18,26%; Alvaro Pacheco (PFL-PI), 18,94%; Albérico Filho (PMDB-MA), 21,68%; Joaquim Haickel (PMDB-MA), 23,28%; João Cunha (PDT-SP), 24,88%; Carlos De Carli (PMDB-AM), 25,34%; e Sarney Filho (PFL-MA), com 25,79% de participação nas votações.



Após cinco horas de negociação com o Centrão, Covas anunciou que havia acordo sobre a Ordem Econômica